

Goiás, uma nova realidade econômica

Com um território alongado no sentido Sul/Norte, com 642 mil quilômetros quadrados e com várias regiões sofrendo as consequências da ausência dos serviços públicos essenciais, o Estado de Goiás não exibia, até bem pouco tempo atrás, uma conjuntura social e econômica da qual pudesse se orgulhar, visto que, convivendo com as áreas mais desenvolvidas, no Sul, Sudeste e Sudoeste, regiões inteiras no Norte e no Nordeste padeciam de anacronismos que as distanciavam no tempo, produzindo os chamados “bolsões de miséria”, identificados ainda em 1978 pelo então candidato indicado ao Governo de Goiás, o deputado federal Ary Ribeiro Valadão, quando peregrinava em campanha eleitoral por cidades do Nordeste estadual, os chamou de “corredor da miséria”.

Se aquela região goiana, nos contrastos da Serra Geral, na divisa da Bahia, tinha tal peculiaridade, outras áreas também não estavam imunes aos efeitos do subdesenvolvimento ou na melhor das hipóteses, apresentavam baixos índices de crescimento em razão da ausência de uma infra-estrutura compatível com suas necessidades e anseios. Assim era também a região Norte, onde fica o chamado “bico do papagaio”, a parte do Estado que faz divisa com o Pará, Maranhão e mais embaixo, pelas margens do rio Araguaia, com o Estado de Mato Grosso. Ali também a pouca presença do Governo causava anomalias tais como a falta de energia elétrica hidráulica e o uso de óleo diesel para gerar energia para as cidades, apesar da crise do petróleo.

No Centro e no Sul, regiões já mais desenvolvidas, onde as cidades possuíam relativa infra-estrutura urbana, o Estado tinha outro tipo de carência: ausência de estradas pavimentadas em número suficiente para continuar apoiando o desenvolvimento especialmente no setor agropecuário e da agroindústria. O mapa de Goiás em 1979, era um, hoje ele está mudado, praticamente irreconhecível em várias regiões.

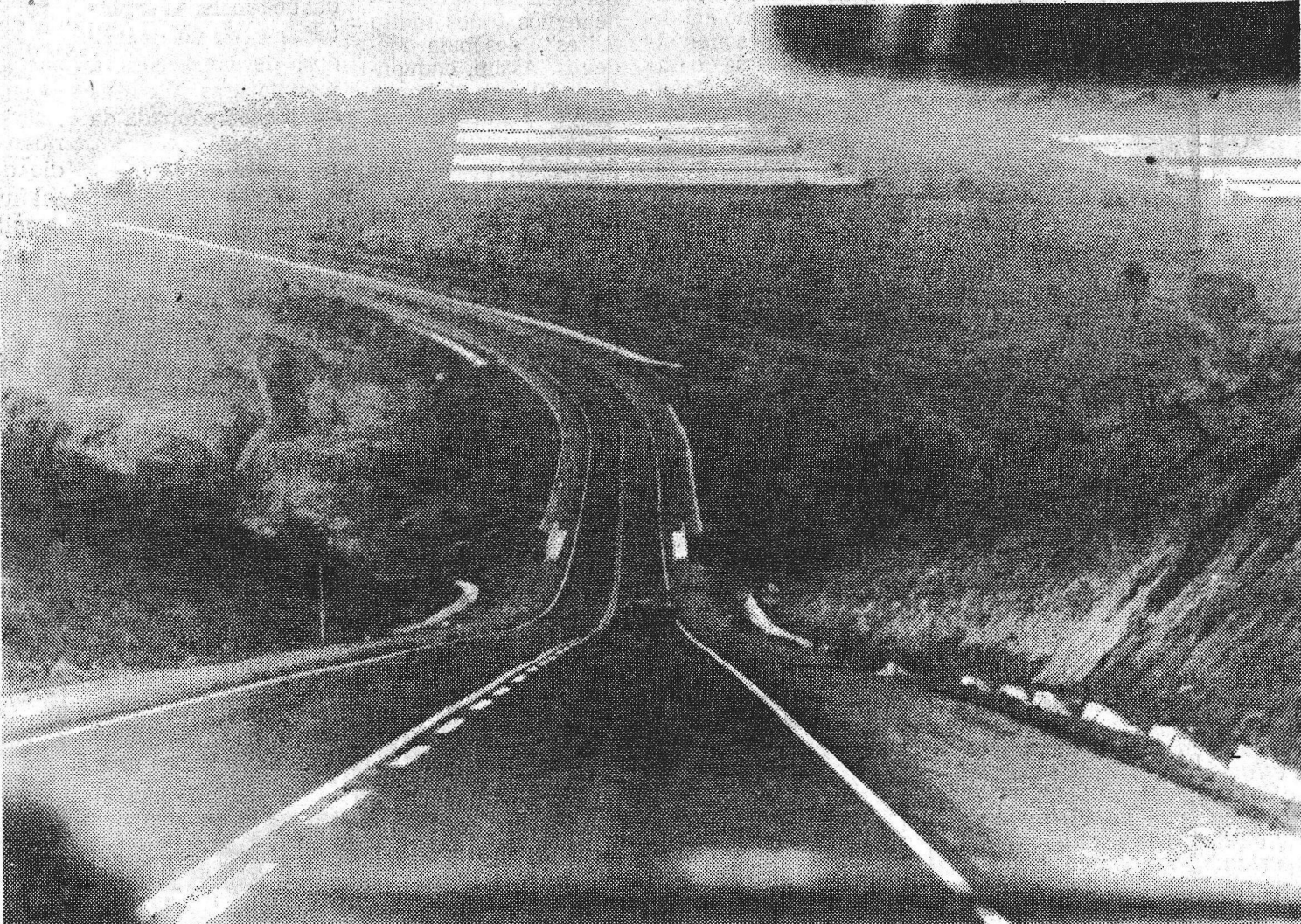
Desde março daquele ano, quando Ary Valadão assumiu o governo e deu início ao seu vasto plano de administração, muita coisa realmente mudou, o que pode ser comprovado, por exemplo, na região Nordeste, onde uma série de intervenções do governo estadual — como a construção de estradas ligando cidades próximas mas que só se comunicavam por via terrestre quando não chovia. Para essa área foi idealizado e colocado em ação o Programa de Desenvolvimento Integrado Alto Paraíso, ou Projeto Alto Paraíso, a fórmula encontrada pelo governador Ary Valadão para eliminar o “corredor da miséria”.

Nas demais regiões é visível, igualmente, a presença do governo, numa evidência de que, apesar da crise econômica dos últimos anos e a consequente redução dos investimentos públicos, pôde o Estado de Goiás ostentar níveis de crescimento bem acima da média nacional, fato enfatizado pelo governador Ary Valadão em várias oportunidades e que, de maneira simples e objetiva, mostra o Estado vivendo uma fase excelente. Em 1980, quando o crescimento da receita de ICM no país se situava em torno de 6%, Goiás alcançava um índice bem superior, de 18%. No ano seguinte, ultrapassava a casa de 30% de crescimento real do tributo, deixando para trás todos os demais Estados da Federação. Setorialmente, a atividade governamental tem contribuído para implementar a ação da iniciativa privada, abrindo novas perspectivas econômicas e sociais, aumentando o número de empregos e melhorando o nível de vida da população.

Agricultura

Não contrariando a “vocação histórica” de Goiás para o setor agropecuário, o Governo Ary Valadão, logo no seu início, partiu para o engajamento do Estado na relação dos grandes produtores de cereais. Era preciso, porém, conforme estabelecera o Plano de Ação, criar algo novo, sair do lugar-comum da monocultura de arroz de “sequeiro”, o tipo de cultura sujeita ao tempo, portanto aleatória em termos de previsão

Políticas acertadas de desenvolvimento foram colocadas em prática pelo Governo Ary Valadão e hoje o Estado de Goiás assiste o nascimento de uma nova realidade econômica e social. Regiões inteiras foram integradas, projetos de porte foram implantados com sucesso, transformando o Estado em grande produtor agrícola e mineral. Tendo como alvo a promoção humana dos mais necessitados, a administração Ary Valadão alcançou todos os objetivos materiais propostos, sem prejuízo de significativos investimentos realizados em favor das pessoas carentes. Hoje, de fato, desenvolvimento, que na concepção de Ary Valadão não é um fato isolado, pois não pode acontecer sem que haja uma legítima integração com as aspirações populares.



Estradas, fator de Desenvolvimento. O governo de Goiás acaba de abrir Concorrência Internacional para a pavimentação dos últimos 500 quilômetros de estradas de um total de 1.400 quilômetros construídos no governo Ary Valadão, com recursos do BID

de safra, pois o sucesso depende do tempo. Embora tenha o Estado de Goiás imensas áreas aluvionais — várzeas irrigáveis —, elas não eram aproveitadas, até mesmo porque não se conheciam parâmetros técnicos para tal aproveitamento. A criação e implantação do Projeto Rio Formoso, no vale do Rio Araguaia, no médio Norte goiano foi o passo decisivo para estabelecer no Estado uma nova concepção de produção de grãos em alta escala.

Projetado para ocupar uma área de 65 mil hectares, sendo 34 mil para o cultivo irrigado — a maior área contínua irrigada do mundo — o Projeto Rio Formoso mereceu críticas no seu nascedouro, especialmente de políticos e de técnicos incrédulos diante da ousada iniciativa de se querer extrair alimentos básicos numa área alagável, sujeita a enchentes todos os anos — mas excelente, do ponto de vista tecnológico, para o cultivo de arroz, soja, milho, etc.

A empreitada não era fácil. Primeiro, milhões de metros cúbicos de terra — que dariam para construir uma estrada com quase 1.000 quilômetros — deveriam ser transportados, retirados ou compactados por dezenas de máquinas pesadas que construíram os diques, canais e drenos. Foi reunida na área do projeto, a maior frota de máquinas pesadas que o Estado já viu, a partir de maio de 1979 e o empreendimento começou então a ganhar os seus contornos. O chão foi rasgado e surgiu o canal principal de irrigação, com 60 metros de largura e o poderoso dique externo de proteção contra as enchentes. Foi concluída a primeira etapa, com cerca de 6 mil hectares, feita a primeira semeadura e a colheita de arroz irrigado não tardou, comprovando as previsões de alto rendimento.

As chuvas de 79/80 vieram e não destruíram os diques, conforme apregoavam os opositores do projeto. Então, aquela iniciativa começou a chamar a atenção de autoridades nacionais e estrangeiras. Hoje, já com a sua terceira etapa quase que totalmente implantada, o Projeto Rio Formoso, além de arroz, está produzindo soja irrigada. Já o visitaram o presidente João Figueiredo e vários ministros. Delfim Netto, ao ver os arrozais amadurecidos se estendendo por enormes distâncias, exclamou: “O Brasil se faz aqui no Centro-Oeste”. O ministro da Agricultura, Amaury Stabile, ao retornar ao

projeto, no último dia 2, inaugurou ali um complexo de armazenagem construído pela Cibrazem.

O Projeto Rio Formoso, hoje uma realidade, é explorado por cooperativas de produtores, uma para cada etapa, e além da contribuição que dá ao país, oferecendo grãos para o mercado interno e para exportação, criou uma tecnologia apropriada para o aproveitamento de planícies como a do vale do Araguaia, induzindo a iniciativa privada a também impulsionar esse tipo de atividade lucrativa.

Alto Paraíso

Outro grande projeto em fase de implantação é o Programa Integrado de Desenvolvimento Regional Alto Paraíso. Onze municípios, cobrindo uma área superior a 60 mil km², constituem objeto desse projeto. Todas as cidades da área estão recebendo melhoramentos públicos e a cidade-pólo do programa, Alto Paraíso, está merecendo atenção especial, com escolas, infra-estrutura urbana completa e até um hotel de turismo. O programa prevê, ao lado da implantação de uma infra-estrutura rodoviária e energética na região, dentre outros melhoramentos, o assentamento de subprojetos agrícolas, aproveitando-se as condições de clima e solo.

Mais de 1 milhão de mudas de frutas como pêssego, figo, marmelo e outras já foram lançadas ao solo e vegetam com desenvoltura. Esse subprojeto de fruticultura, além da produção de frutas de clima temperado naquela área do Planalto Central — possui altitude de até 1.700 metros, com baixas temperaturas — fixará à região centenas de colonos em atividades permanentes. O Programa Alto Paraíso, examinado pelo seu aspecto geopolítico, tem importância fundamental no processo de povoamento da Capital Federal, Goiânia, Anápolis e outras cidades maiores, vez que consta como um de seus objetivos primordiais criar na região Nordeste de Goiás um nível de desenvolvimento que garanta a abertura de mercados de emprego para reter os constantes fluxos migratórios que demandam, especialmente, à Capital Federal. Vários dos sub-projetos agrícolas se prestam a essa função diretamente e, indiretamente, todo o elenco de intervenções oficiais na área cumpre esse papel, até mesmo pela melhoria da

qualidade de vida com a implantação de infra-estrutura urbana nas cidades, como água e redes elétricas, hospitais, escolas, etc.

No que se refere aos subprojetos agrícolas para o desenvolvimento de culturas irrigadas de trigo, arroz, feijão e milho, dentro de pouco tempo mais estarão sendo feitas as primeiras plantações sob regime de irrigação artificial. Quanto ao trigo em “sequeiro” (sem irrigação artificial), experiência já foram feitas e ficou comprovado que a região se presta à atividade. As primeiras colheitas de trigo na área do Programa Alto Paraíso mostraram-se com excelente nível de produtividade, superando a média obtida no Rio Grande do Sul, com qualidade também superior, conforme disse o ministro Amaury Stabile, em junho passado, ao assistir ao início da colheita de trigo no cerrado, numa área de 2.500 ha.

O Programa Alto Paraíso integra, no plano executivo, atividades de vários órgãos da administração estadual. Levado à apreciação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o projeto do Governo Ary Valadão mereceu elogios, por sua natureza social e econômica complexa e objetiva, bem como despertou o interesse daquele organismo financeiro em promover financiamentos na área, sobretudo no parte da agricultura e agro-indústria, visto que existe margem de segurança quanto à rentabilidade do investimento. É possível produzir, por exemplo, frutas nobres de clima temperado em pleno cerrado goiano, para atender a exigentes mercados nacionais, além de industrializados, tais frutos poderem ser comercializados internacionalmente, conforme prevê o Programa.

Ainda no campo agrícola, o Governo goiano se propôs, com base no Plano de Ação do Governo Ary Valadão, a criar outros projetos de desenvolvimento regional, como é o caso do Projeto Rio do Sono, no Norte do Estado, destinado ao assentamento de famílias de colonos, da própria região ou extraídas de correntes migratórias de Estados do Nordeste do país, que são comuns na área desse projeto. Foi criado um projeto para assentar famílias rurais no vale do Alto Paraná. Quase que um subprojeto do Programa Alto Paraíso, por estar também na região Nordeste goiana, esse plano está com um desenvolvimento acentuado, tendo iniciado o pro-

cesso de assentamento das 400 famílias previamente selecionadas na área, entre camponeses sem terra com aptidão para a vida comunitária.

Mineração

Capítulo importante para um Estado como Goiás, como um subsolo rico, a mineração ganhou lugar de destaque na atuação governamental, a ela sendo destinados recursos financeiros e atenções que resultaram, em pouco mais de três anos, em resultados palpáveis. A política de mineração do Governo de Goiás está basicamente apoiada no Projeto Americano do Brasil, criado para explorar as jazidas de cobre, níquel e cobalto existentes em Americana do Brasil, município de Anicuns. O Governo abriu a iniciativa privada a oportunidade de participar no empreendimento, calculado inicialmente em 200 milhões de dólares. Empresários goianos, consorciados ou não, gostaram da idéia, pois pela primeira vez no país se via a possibilidade do capital privado nacional impulsionar programas mineradores, que exigem altos investimentos. O mesmo critério foi adotado com relação ao aproveitamento de outros minérios e assim foram criadas, pelas associação de capital entre o Governo, representando pela sua empresa estatual Metago — Metais de Goiás S/A — e os empresários, goianos ou de outros Estados, diversas empresas voltadas para a exploração de jazidas minerais. Foram fundadas a Goiás Nióbio, Goiásestanho, Goiáscál e a Goiásfertil, esta uma poderosa empresa com capital do Governo Federal, através da Fibase e da Petrofertil, sediada em Catalão, que já está iniciando o processo de concentração de fosfato simples para emprego na fertilização das terras de cultivo e parte também para a instalação de outros projetos de verticalização da produção, ou seja, a indústria química e a produção de matérias-primas a partir do P205 em concentração de 30% nas rochas fosfáticas.

Industrialização

Ainda no campo energético, o Governo do Estado obteve a concessão do MME para construir, através da Celg — Centrais Elétricas de Goiás S/A — a usina do rio Corumbá, no Sul de Goiás. Era o único potencial existente no Sul e ainda sem aproveitamento. Foi feito uma projeto executivo dimensionando o aproveitamento para um total de 532 mil quilowatts. Na França, o governador Ary Valadão obteve financiamento inicial de 80 milhões de dólares, para o início de implantação da usina.

Transportes

Sem dúvida nenhuma é o setor de transportes o que mais vem crescendo no Estado, em termos comparativos. Dos 960 km de rodovias estaduais pavimentadas existentes em março de 1979, Goiás contará com 2.760 km em março do próximo ano. O Governo obteve um empréstimo junto ao BID, no total de 55 milhões de dólares, para custear parte do programa de asfaltamento de estradas alimentadoras no Estado. Outros recursos estão sendo injetados, por parte do Estado e do BNDE/DNER-MINTER, permitindo o asfaltamento de 1.800 km de rodovias estaduais.

Desenvolvimento

O desenvolvimento, na concepção do governador Ary Valadão, não é um fenômeno isolado. Segundo ele, pressupõe a existência de uma cadeia sequencial de realizações materiais e sociais para que deixe como resultado final a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, foi criada a Fundação Ação Social do Palácio do Governo, entidade entregue a presidência da primeira dama, dona Maria Valadão, que, em dois anos, deu ao Estado uma vigorosa estrutura administrativa voltada para o apoio às pessoas carentes, instituindo dezenas de programas e projetos assistenciais que beneficiam milhares de pessoas. No mesmo passo, redobram-se os esforços nos setores de saúde e saneamento, que complementam as atividades que aspiram o bem-estar da população.

Na atualidade, contrastando com um passo não muito distante, pode-se presenciar, no interior do Estado, diminutas comunidades — vilas, vilarejos e distritos — serem atendidos com serviços permanentes de saúde e saneamento. Enquanto isso, as 223 sedes municipais do Estado terão abastecimento de água até março de 83, num crescimento superior a 100%, em quatro anos.

